

# UNIFICAÇÃO POLÍTICA, GLOBALIZAÇÃO CULTURAL E ECONOMIA MUNDO NO IMPÉRIO ROMANO TARDIO\*

Jean-Michel Carrié\*\*

**Resumo:** *Atualmente, “mundialização”, “globalização”, “economia-mundo”, “história global” são termos que se tornaram cada mais familiares aos historiadores, que os propõem enquanto instrumentos para renovar a forma de “fazer história” (“faire de l’histoire”). O modo como esses historiadores usam esses conceitos nem sempre é muito rigoroso, e, mais ainda, entre a língua francesa e a língua inglesa os campos lexicais de globalidade estão em descompasso semântico. Por isso, convém iniciar por uma adequação terminológica. À primeira vista, de si mesmo o Império romano sugere ao historiador uma descrição embasada na globalização, suscetível de produzir uma maior eficácia heurística. Ainda é necessário buscar uma definição do conceito de globalização especificamente aplicável ao mundo romano, colocando provisoriamente entre parênteses o significado assumido por este termo no contexto do mundo contemporâneo.*

**Palavras-chave:** *Antiguidade; Império Romano tardio; mundialização; globalização; economia-mundo; história global.*

## UNIFICATION POLITIQUE, GLOBALISATION CULTURELLE ET ECONOMIE-MONDE DANS L’EMPIRE ROMAIN TARDIF

**Résumé:** *De nos jours, “mondialisation”, “globalisation”, “économie monde”, “histoire globale” sont des termes devenus de plus en plus familiers aux historiens qui les proposent comme autant d’instruments de renouvellement de la façon de “faire de l’histoire”. L’emploi qu’ils font de ces concepts n’est pas toujours parfaitement rigoureux et, plus encore, entre langue française et langue anglaise les champs lexicaux de la globalité sont en décalage sémantique. Aussi convient-il de commencer par une mise au point terminologique. À première vue, l’Empire romain suggère de lui-même à l’historien une description en termes de globalisation, susceptible en retour de produire une efficacité heuristique accrue. Encore faut-il rechercher une*

---

\* Tradução de Deivid Valério Gaia, (UFRJ). Recebido em: 11/08/2022 e aprovado em: 19/10/2022.

\*\* Professor Emérito da École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS, Paris. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9813-4028>.

*définition du concept de globalisation spécifiquement applicable au monde romain, en mettant provisoirement entre parenthèses le sens pris par ce terme dans le contexte du monde contemporain.*

**Mots-clés:** *Antiquité, Empire romain tardif, mondialisation, globalisation, économie monde, histoire globale.*

## **Introdução**

Atualmente, “mundialização”, “globalização”, “economia-mundo”, “história global” são termos que se tornaram cada mais familiares aos historiadores, que os propõem enquanto instrumentos para renovar a forma de “fazer história” (“*faire de l’histoire*”). O modo como esses historiadores usam esses conceitos nem sempre é muito rigoroso, e, mais ainda, entre a língua francesa e a língua inglesa os campos lexicais de globalidade estão em descompasso semântico. Por isso, convém iniciar por uma adequação terminológica. À primeira vista, de si mesmo o Império romano sugere ao historiador uma descrição embasada na globalização, suscetível de produzir uma maior eficácia heurística. Ainda é necessário buscar uma definição do conceito de globalização especificamente aplicável ao mundo romano, colocando provisoriamente entre parênteses o significado assumido por este termo no contexto do mundo contemporâneo. Eu mesmo tentei usar os conceitos de mundialização e de globalização, sem jamais deixar, é claro, de me interrogar sobre as precauções a tomar para evitar as armadilhas do anacronismo e da aproximação. No entanto, devo confessar que apesar da minha natureza pacífica e tolerante, a leitura à forte dose dos textos sobre a globalização do mundo antigo e sobre a questão relacionada às “identidades”<sup>1</sup> me fez mergulhar em um estado de repulsa, de indignação, de exasperação, que chegou a me surpreender, de tanto que esta tentativa de recuperação terminológica é repetitiva, convencionada, acrítica e superficialmente à moda.

Sob as aparências de uma renovação conceitual e analítica, os textos repetem uns aos outros, mas, ainda mais grave, eles se repetem frequentemente sob uma forma pretensamente nova os mesmos preconceitos, as mesmas suposições, as mesmas aporias heurísticas dais quais eles proclamam querer se distanciar. Eu só posso aprovar as reflexões de bom senso desenvolvidas por Richard Hinglay (2003, p. 111-119), nosso colega de Durham, que é bem conhecido no Brasil<sup>2</sup>. Parece-me, todavia, que ele deixou de indicar o que é, aos meus olhos, o defeito maior dos abusos

de linguagem cometidos pela teoria da globalização “*globalization theory*”. Esta teoria esquece, efetivamente, que os conceitos de “globalização” e de “mundialização” têm um sentido na reflexão econômica que os chamou à existência. Ora, a economia é singularmente ausente nas preocupações dos historiadores e arqueólogos obnubilados pela busca das identidades, mesmo sabendo que a ligação entre “globalização” e “identidades” remete a uma problemática da atualidade vulgarizada pelos meios de comunicações sem grande preocupação com o aprofundamento científico e muito problematicamente transponível às épocas históricas passadas.

### **“Economia-mundo”, “*world system*”, “globalização”**

No ponto de partida, encontramos o conceito de “economia-mundo”, cujo criador, Fernand Braudel, definia da seguinte forma: uma economia-mundo é um “pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz essencialmente de satisfazer a si mesmo e ao qual suas conexões e trocas internas conferem uma certa unidade orgânica” (BRAUDEL, 1979, p. 12); ou seja, uma parte do universo formando um todo econômico que passa por cima das fronteiras políticas e linguísticas. Uma economia-mundo abrange diferentes espaços políticos e culturais que ela engloba. Apesar desta heterogeneidade de constituição, possui um sistema próprio que a diferencia do exterior. O grau de coerência depende, em larga medida, de um sistema de circulação de homens, de bens e de informações<sup>3</sup>.

#### *“World system”*

Foi Immanuel Wallerstein quem transpôs o conceito braudeliiano para o conceito vizinho de sistema-mundo (*world system*), que amplia a “economia-mundo” para as dimensões da integração planetária que supostamente aconteceu no final do século XX, ao termo, segundo Wallerstein, de um movimento progressivo, contínuo e unidirecional da dominação capitalista europeia, depois “ocidental” em geral e mais particularmente estadunidense, iniciado a partir do século XVI. Por outro lado, partindo dos estudos pós-coloniais contemporâneos, que deram origem à teoria da dependência”, Wallerstein colocou no centro de sua análise a dicotomia “centro” *versus* “periferia”.

Enquanto a noção de economia-mundo pode ser naturalmente aplicada a qualquer período da história, a noção de *world system* a priori é mais

difícilmente aplicada na medida que, para Wallerstein, ela designa no seu *stricto sensu* uma economia-mundo desenvolvida à escala da terra inteira, “planetarizada”, o chamado “*world capitalist system*”. Em outros termos, a expressão *world system* pode ser empregada no plural na sua acepção braudeliana, mas unicamente no singular no sentido wallersteiniano rigoroso. Ora, parece-me que o uso anglófono utiliza indistintamente a expressão *world system* para traduzir a economia-mundo braudeliana e para designar também a economia planetarizada contemporânea tal como analisou Wallerstein. A responsabilidade desta confusão remota ao próprio Wallerstein que, além de fixar a data de 1492 como início do processo de planetarização da economia-mundo europeia, também aplicou às épocas anteriores os conceitos de “*world-empire*” e de “*world-economy*”, segundo o qual, a integração de um conjunto territorial tinha como motor predominante o político ou o econômico. Esta confusão foi mantida tanto pelos críticos a Wallerstein – por exemplo, André Gunder Frank (1999, p. 275-296) – quanto pelas tentativas, cada vez mais numerosas, de recuperação do conceito de *world system* para estudar as sociedades antigas<sup>4</sup>.

### A “globalização”

O termo “mundialização” ou seu equivalente inglês “*globalization*”, que a língua francesa transformou em “*globalisation*”, são aplicados, antes de mais nada, à economia e às finanças mundiais contemporâneas para designar a existência de um mercado unificado e integrado. Estes conceitos se referem de uma parte à integração das produções e à interconexão no plano mundial dos mercados financeiros, de bens e de serviços, e, de outra parte, à escala mundial sobre a qual se opera hoje as escolhas estratégicas dos atores econômicos – não somente os mais colossais entre eles – e as escolhas de consumo dos compradores. Tendo em vista que os fenômenos econômicos não são dissociáveis dos dados antropológicos, o conceito de “globalização” aumentou seu campo de aplicação tocando também os domínios comportamental e cultural<sup>5</sup>. A especificidade da mundialização em curso é conhecida por todos, mesmo se a concordância está longe de ser realizada sobre o que a caracteriza.

Como todo novo produto aparecendo no mercado, a “mundialização” obteve sucesso retumbante entre os antiquistas, historiadores e arqueólogos<sup>6</sup>. Steven E. Sidebotham, na primeira frase de seu estudo, aliás perfeitamente documentado, sobre o porto antigo de Bereniké no Mar Vermelho, declara

que “*There was a ‘global’ economy thousands of years before the term became fashionable in the late twentieth century*” (SIDEBOTHAM, 2011, p. 1). Como justamente mostrou Wim Broekaert (2011) na resenha da obra de Sidebotham publicada pela *Bryn Mawr Classical Review*, mesmo entre aspas, o emprego desta expressão foi infeliz e parece ignorar que “*global economy is a very bold term. An economic historian immediately thinks of an integrated market, price convergence, a rather safe and predictable trading world and easy communication. I assume this is not what Sidebotham had in mind [...]*”. R. Bruce Hitchner (2008, p. 1-12) anuncia, como se fosse um furo jornalístico, que a globalização remonta aos romanos. Ronald Findlay e Mats Lundahl (2010) propõem o Império Mongol como primeira etapa da globalização. Já Guillermo Algaze (1993) descreve um *Uruk World System* e Mike Shupp, que fez a resenha do livro, julga o método aceitável em nome de Wallerstein (SHUPP, 2022).

As incertezas dos contornos e a diversidade das acepções não deixam de se refletir nos reempregos que são feitos do termo. A relação entre “globalização” e *world system*, apesar da proximidade entre dois conceitos, é ambígua. Os antiquistas recuperadores do conceito de globalização têm frequentemente a tendência a considerar implicitamente o termo como a reformulação teórica de *world system*, incorporando ao termo globalização, como se fosse algo natural, as temáticas wallersteinianas tais como a dupla “centro” e “periferia”, ou os conflitos identitários. Ao realizar isso, esquece-se, antes de mais nada, que a linguagem da “globalização” ainda é estranha a Wallerstein e aos seus êmulos, por exemplo André Gunder Frank, que, mesmo desenvolvendo as perspectivas apresentadas por Wallerstein de análise dos *world systems* antigos (FRANK, 1993, p. 383-430; FRANK & GILLS, 1993), protestou igualmente contra os usos abusivos do conceito (FRANK, 1999, p. 275-296).

Sob suas aparências de categoria universal do espírito humano, o termo globalização tal como é utilizado para descrever a nossa contemporaneidade amalgama, ao mesmo tempo, tanto a descrição de uma fase dada do devir histórico quanto uma conceitualização destas realidades. Uma representação do Império Romano em termos de globalização não pode e não deve ser então um puro e simples diferencial deste conceito. Do lado dos economistas, as críticas são inúmeras contra o emprego indiscriminado e apelativo de *globalization* no mundo anglófono ou de *mondialisation* na França. Para Michel Beaud (1999), “a utilização do termo é um imenso disparate: esta pode ser uma maneira vaga ou aproximativa de nomear um

conjunto mal definido de evoluções”. Nesta confusão, ele distingue três sentidos principais:

1. Acesso à dimensão mundial de fenômenos cada vez mais numerosos; é este sentido geográfico que autoriza a reconhecer na História longa da terra e da humanidade as diferentes mundializações: as primeiras em uma distante longa duração (por exemplo, a difusão da agricultura sedentária), outras na segunda metade do último milênio, e a última nas mais recentes décadas.
2. A multiplicação e acentuação de interações e interdependência no conjunto da terra; esta definição se aplicaria, como a precedente, às “protomundializações” dos cinco últimos séculos, mas sobretudo depois da industrialização capitalista até às últimas décadas do século XX.
3. A mundialização como movimento orgânico englobante, ou “mundialização propriamente dita”. Na sua especificidade, se trata de um processo no qual realidades determinantes (produtivas, monetárias, financeiras, culturais, ambientais, etc.) se desenvolvem de maneira orgânica à escala do planeta, influenciando de uma forma marcante o conjunto das realidades sociais – regionais, nacionais e locais.

Este *stricto sensu* da mundialização como movimento orgânico englobante só pode ser aplicado à mundialização em curso numa nova idade técnico-científica do capitalismo. É por isto que, se quisermos retirar toda ambiguidade do segundo sentido de Beaud – aquele da multiplicação das interações e da interdependência no conjunto da terra – preferiremos o de “unificação do mundo” proposto pelo meu colega da EHESS Bernard Vincent (2008, n. 16),<sup>7</sup> que leva em conta a reciprocidade de contatos e trocas enquanto a globalização tem caráter unilateral. Este conceito parece-me perfeitamente adequado ao mundo romano, à escala da Europa mediterrânica e de seus *hinterlands*. Ele enfatiza então a dimensão territorial dos efeitos econômicos e culturais da unificação política efetuada pelo Império Romano. Os conceitos de “globalização” ou “mundialização” vão longe demais, no sentido de que vão além do nível geográfico de “unificação” para dar a esta um nível sistêmico. Ora, se se parece certamente prematuro postular a existência de uma tal globalização sistêmica para a Espanha e seu mundo colonial, com maior razão podemos dificilmente nos engajar nesta via com relação ao mundo antigo, mesmo durante a sua fase mais evoluída.

## História Global e História Conectada

O conceito de “unificação do mundo” nos aproxima de outro que utiliza também o adjetivo “global”. É o de “História global”, que se propõe a conectar as diferentes histórias nacionais, de sublinhar suas convergências, suas diferenças e de colocar em perspectiva suas relações<sup>8</sup>. Por definição, sua ambição é macro-histórica, sincrônica, inter-regional, transnacional e intercultural. O interesse da historiografia brasileira por uma história global se concentrou, particularmente, na integração do espaço atlântico a partir das grandes descobertas.

A história global pode ser entendida ou como objeto de estudo – os processos históricos de integração global, econômica e cultural – ou como modo de abordagem metodológica – um comparatismo sincrônico sistemático, que transgrede as fronteiras tradicionais das áreas de civilização. Em nenhum caso ela impõe um tipo de modelização. A Antiguidade Tardia, por conta do lugar ocupado pelos grandes movimentos populacionais, volta-se particularmente bem à abordagem mais recentemente proposta da história conectada, que visa ir além da síntese comparativa de histórias compartimentadas, abordando os fenômenos da circulação e da transferência como um todo que une indissociavelmente o ponto de partida e o ponto de chegada.<sup>9</sup>

### Crítica da aplicação do *world system* wallensteiniano ao Império Romano

*Toda economia-mundo se divide em zonas sucessivas. O coração, ou seja, a região que está em torno do centro [...]. Depois, vêm as zonas intermediárias, em torno do pivô central. Finalmente, margens muito amplas que, na divisão do trabalho que caracteriza a economia-mundo, são mais subordinadas e dependentes do que participantes* (BRAUDEL, 1985, p. 85).

Essa hierarquia territorial, apresentada por Braudel (1985, p. 85), Immanuel Wallerstein (1980) assumiu-a e até a tornou uma característica constante de todo sistema-mundo, bem-marcada nos sistemas-mundo das épocas moderna e contemporânea.

O modelo de Wallerstein colocou no centro de sua análise do *world system* capitalista moderno uma divisão inter-regional de trabalho que

atribui às zonas periféricas a tarefa de abastecer o centro (*core*) com matérias-primas. A excelente revisão historiográfica e crítica de Randall H. McGuire (1999), à qual basta citar<sup>10</sup> – mostra claramente quais impasses – e quais níveis de abstração – puderam conduzir a aplicação indiscriminada desse modelo às sociedades proto-históricas e antigas. Eu diria, de minha parte, que ela é particularmente inadequada no caso do Império Romano.

De fato, ainda que a capital, Roma, fosse um ponto de convergência de recursos e concentração de atividades produtivas, não era o único centro a desempenhar esse papel. A economia mundializada do antigo mundo mediterrâneo me parece bastante policêntrica.<sup>11</sup> O Império romano nunca funcionou ao benefício de seu centro – é preciso colocar em perspectiva a importância das quantidades de provisões alimentícias destinadas à distribuição gratuita que os imperadores procuraram limitar ao máximo no caso da segunda capital, Constantinopla. As atividades produtivas, que os problemas de transporte obrigavam a se localizar o mais próximo possível das matérias primas, eram largamente disseminadas no território imperial. O sistema de defesa fronteiriça dinamizava até as periferias menos recompensadoras, concentrando ali fortes centros de consumo e produção. E a própria natureza do Império, federando cidades em grande parte autônomas, multiplicou a relação centro-periferia tantas vezes quanto havia centros urbanos e seus respectivos territórios, numa relação de troca que não era de mão única, como quis afirmar o modelo da “cidade de consumidora”, que, aliás, também precisa ser revisto.<sup>12</sup> Politicamente, o centro chegou mesmo a romper, a partir do século III, a sua ligação geográfica com Roma e culturalmente os grandes centros provinciais (Alexandria, Atenas, Antioquia, Cartago, aos quais se juntaram, posteriormente, Nicomédia e Constantinopla) mantiveram uma polifonia. O diagrama de um processo concomitante de desenvolvimento do centro e subdesenvolvimento das periferias parece mesmo invertido no caso do Império Romano, onde a dinamização das áreas provinciais concorreu vitoriosa com a economia da Itália, o antigo centro e motor inicial da Conquista.

A matriz neomarxista de análise wallersteiniana faz com que a noção de “*world system*” seja carregada de conotações tais como imperialismo econômico e cultural ocidental e supranacionalidade. Transposto para as sociedades antigas, enfatiza as estruturas de poder e seus modos de ação do centro para a periferia, oferecendo-se como um novo instrumento para o estudo dos sistemas imperiais e dos conflitos identitários entre dominantes e

dominados. De outro lado, os utilizadores do “*world system*” se esquecem que para Wallerstein a extensão do conceito no domínio cultural e “civilizacional” está assentada no papel “em última instância” acordado por Marx aos fatores econômicos na determinação dos fatores ideológicos. Que o critiquemos ou não, é esta a ligação que justifica a extensão de sentido de um domínio ao outro.

O único ponto em que, com pesar, me afasto da excelente reflexão de Greg Woolf (1990), “*World-Systems Analysis and the Roman Empire*”, no *Journal of Roman Archaeology*, é sua afirmação de que “a aplicação do mundo – a teoria dos *world systems* alimenta o consenso de que a economia antiga era dominada por forças políticas e militares”. Tal visão perpetua a supervalorização da carga tributária que, de modo errado, supostamente privaria o livre mercado do essencial dos excedentes disponíveis: uma supervalorização que desqualifica a definição precipitada e mutiladora do Império Romano como um “modo de produção tributário”.

## **O Império Romano como sistema-mundo de um tipo original**

Foi observado há muito tempo a originalidade fundamental do sistema romano de dominação e de governo (o sistema “imperial”).<sup>13</sup> Nossos conceitos políticos modernos, morfológicamente herdados da Antiguidade, multiplicam os anacronismos semânticos, a começar pelo uso do termo império. E a desgraça em que caiu a história política do mundo antigo certamente não foi feita para proteger nossa comunidade científica desse risco. O *imperium* é uma noção política (que é sinônimo de *dominium*) com uma acepção derivada de ordem geográfica (ela designa então o *solum* colocado *sub imperio populi Romani*), mas nunca institucional (o termo institucional era *res publica*, que os políticos humanistas retomaram para designar o que nós chamamos hoje de “Estado”). Em suma, o valor ativo do conceito (uma dinâmica de poder) supera em muito o valor passivo (territorial e jurídico-administrativo). Como seu equivalente grego “archè”, *imperium* designa a dominação na sua especificação étnica e também na sua extensão territorial. Mas, vindo a inscrever-se na sequência de uma série de dominações de tipo “étnico” (Babilônios, Persas, Atenienses, Macedônicos: uma enumeração que mostra a qual ponto este princípio de definição étnica era indiferente à diversidade irreduzível das formas de dominação), o *imperium* romano apresentou como principal originalidade o fato de perder rapidamente

sua natureza étnica propondo um tipo de identidade universal que se sobrepunha à manutenção das próprias identidades étnicas.

Aqui não é o lugar de apresentar o distanciamento que se deu entre o Estado Imperial Romano e a *civitas Romana* original, mesmo na sua forma estendida ao conjunto da Itália. Mas – paradoxo que só existe para um olhar moderno – o Império Romano tão somente não rompeu, como nunca cessou, ao contrário, de afirmar, de defender e de preservar o conceito de realidade da cidade-estado – desprovida no máximo de suas atribuições régias – como quadro de inserção política dos indivíduos, com o resultado da implantação desse sistema, tão original na perspectiva histórica universal, da cidade dupla, dado que os habitantes de qualquer cidade do Império Romano eram nem mais nem menos sujeitos a Roma do que os cidadãos americanos ao poder federal de Washington.

Em realidade, é o governo do próprio Império Romano que se “globalizou” transcendendo assim as identidades étnicas: uma evolução que foi possível pelo caráter aberto da cidadania romana (diferente da cidadania grega), e que começou do topo, com a ascensão ao poder imperial de provinciais etnicamente não romanos, mas naturalizados romanos, como Sétimo Severo e seus filhos. Ascensão esta que estava em toda conformidade com o funcionamento institucional (civil e militar) do Império. Não é de estranhar que tenha sido precisamente esta dinastia que difundiu a cidadania romana a todo território do Império e que suprimiu definitivamente a clivagem de natureza étnica entre conquistadores e conquistados, dominadores e submissos. Por outro lado, esta abertura encontrou seus limites quando se colocou o problema da integração ou não à coletividade imperial dos “bárbaros” não mediterrâneos: a recusa em ampliar o quadro da comunidade cívica em seu benefício, talvez seja um reflexo da influência da ideologia grega na política romana tardia, mas correspondendo também a uma afirmação da identidade desse mundo diferente (sem ofensa ao surto do politicamente correto na produção historiográfica atual). Além dessa reserva, que é grande e determinante para os últimos integrantes do Império Romano Ocidental e mesmo, sob outras formas, do oriental, o Império Romano aboliu os sinais da conquista e exploração do mundo mediterrâneo antigo por um grupo étnico. Ele reservou para o terreno político, na forma do dualismo poder central/província, a rivalidade antagônica que desde os tempos modernos até hoje tomou a forma do par centro/periferia. Veremos mais adiante que essa distinção não pode

mais assumir o sentido que lhe foi dado pela globalização contemporânea no domínio econômico.

Politicamente, o sistema da “cidade dupla” instituído por esta estrutura fundamentalmente federativa que permaneceu até sua queda no Oriente e sua transformação no Oriente bizantino, o Império Romano, ofereceu uma solução original e eficaz para o problema de conciliar as contradições entre o local e o universal. Neste sintagma “Império romano”, quando considerado a partir de uma perspectiva de “mundialização” limitada a um espaço geograficamente circunscrito, o que mais importa não é a especificação étnica, cultural, identitária do “romano”, mas o termo de “Império”. Efetivamente, os fenômenos de unificação econômica e cultural não deixavam uma marca especificamente romana, mas constituíam muito mais no advento generalizado de novas formas de vida civilizada que poderíamos facilmente qualificar como internacionais. Esta internacionalização dos modos de vida e das aspirações individuais e coletivas teve início já no século III a.C., em um mundo politicamente dividido, mas em vias de reagrupamentos (os três, depois os quatro reinos helenísticos, a Itália unificada por Roma, o Império cartaginês). Foi no pano de fundo dessa internacionalização já ativa que a conquista romana no final da República e no primeiro século do Império completou o processo de concentração política, sem criar um sistema imperial opressor (uma vez passada a fase de conquista predatória) e nem impor que os recursos da periferia fossem destinados somente ao interesse do centro.

Foram sobretudo os efeitos do Império Romano como unificador do espaço econômico e cultural que, ao favorecer a multiplicação de trocas de todo tipo, bem como a circulação de pessoas, produtos e ideias, proporcionou os meios para uma aceleração do fenômeno da internacionalização (LO CASCIO, 2006). Pode-se então perguntar se, paradoxalmente, mais do que um “império-mundo”, o Império Romano não era antes de tudo uma “economia-mundo”.

O próprio Wallerstein se aventurou em terreno perigoso quando procurou definir os “*world systems*” das épocas antigas: as críticas fundadas não faltaram, que deixaram ainda menos convincentes as recuperações que foram feitas pelos estudiosos da Antiguidade. No entanto, alguns dos argumentos utilizados por esses críticos não são tão relevantes no caso do Império Romano. Assim, contrariamente a uma afirmação geral de Philip

Kohl, a força militar não era o instrumento obrigatório de uma submissão forçada das províncias, mas o garante da sua resistência às agressões externas, bem como o instrumento de uma vã política de prestígio em relação à “inimigo hereditário”, o Império Persa. Outro exemplo: a reavaliação de Jane Schneider da importância de itens preciosos ou raridades exóticas, que ela critica Wallerstein por não ter levado em conta, desempenha apenas um papel marginal nas trocas econômicas romanas e não é exercido, mais do que os demais, em benefício exclusivo de um único centro. Em suma, é bastante paradoxal ver que Wallerstein é criticado por ter baseado demais seu modelo de “sistemas mundiais pré-capitalistas” no Império Romano, quando precisamente é o Império Romano que entra de modo menos satisfatório em seu modelo.

### **O Império Romano como economia-mundo universalizada, mas não globalizada no *stricto sensu***

Que o Império Romano tenha sido a sede de uma “economia-mundo” é uma verdade tão óbvia que surpreende as hesitações, relutâncias ou, mais ainda, recusas que ainda hoje testemunhamos. Só posso concordar com Greg Woolf quando ele considera “necessário examinar os sistemas de troca do Mediterrâneo romano, sobretudo, em termos de sua incorporação em um império-mundo”. No entanto, um passo adicional precisa ser dado. Bem sei que para muitos historiadores, ainda marcados pelo pós-finleyismo, é inconcebível falar de uma economia de mercado com relação à economia antiga mesmo na época de seu maior desenvolvimento. Reconheço que, em alguns autores, a aplicação deste conceito à economia romana corre o risco de remeter aos excessos do modernismo.<sup>14</sup>

Vamos à pergunta: *A economia antiga: uma economia de mercado?* O simpósio de Lyon publicado em 2008 trouxe uma resposta massivamente positiva, em particular dos arqueólogos (ROMAN; DALAISON, 2008).<sup>15</sup> Não é necessário que a função unificadora do mercado opere em nível global para se falar em economia de mercado. Basta que os mercados parciais estejam interligados por uma integração mais ou menos estreita numa rede de mercados, e podemos dizer que assim foi.<sup>16</sup> Além disso, o conceito de “mercado”, sem ter sido objeto do menor tratamento teórico na Antiguidade, existia empiricamente, na forma de “preços de mercado”: *pretia in foro rerum venalium*. Que o mercado, sem nunca ter sido ob-

jeto de reflexão teórica, existiu e que os operadores econômicos tinham conhecimento e consciência da sua existência, que especulavam sobre as diferenças de preço ou de demanda regionais e inter-regionais, é o que aparece ocasionalmente na documentação papirológica, a única que conservou cartas de negócios. O nível do desenvolvimento de informação em matéria de preço, oferta e demanda à escala do território imperial é amplamente atestado, encontramos as bases de raciocínios para uma maximização do lucro, seja para a agricultura racional especulativa (arquivos de Apiano), seja para preços de compras no atacado e varejo (*P. Oxy.* XXXIV, 2729), ou para o curso da moeda de ouro (sólido) em período de inflação nominal (*P. Oxy.* XLVIII, 3401).<sup>17</sup>

No reembolso das requisições públicas, a referência oficial ao *forum rerum venalium* como árbitro da troca, dotado de uma legitimidade natural, se opõe radicalmente à ideologia medieval e moderna do *iustum pretium*, desenvolvida no prolongamento da condenação pela moral cristã do empréstimo a juros e do lucro comercial. Referente a isto, a economia romana era muito mais desinibida que as suas sucessoras históricas. E seu nível de internacionalização, quantitativa e qualitativa, necessitou de séculos para ser novamente atingido.

A existência de mercados regionais interconectados, o papel desenvolvido pela moeda a partir do século III como elemento integrador do mercado, as inovações tecnológicas,<sup>18</sup> nos fazem compreender o incontestável desenvolvimento econômico do mundo romano imperial. Nossas fontes documentais nos obrigam a revelar os níveis quantitativos alcançados pela produção e pelas trocas no fim da Antiguidade. O estudo sistemático de algumas cerâmicas de mesa – colocando em ligação seus lugares de produção e de comercialização – revelou o nível inter-regional das estratégias insuspeitáveis de conquista de mercado, de adaptação aos gostos dos diferentes consumidores, de deslocalização da produção, de organização de redes (MOREL, 1980, p. 161-189). Como no caso das cerâmicas de grande difusão, podemos observar na produção têxtil uma interação entre técnicas inovadoras, diversificação de produtos cada vez mais complexos, atrativo imediato de consumidores para novos produtos e modelos de organização de produção (CARRIÉ, 2004a, p. 13-43; 2004b, p. 45-46). A unificação política e uniformização cultural realizada pelo Império favoreceram as trocas entre tradições têxteis e os diferentes comportamentos de vestuário – dentro e fora do mundo Mediterrâneo. Tal unificação deu lugar ao

aparecimento de um mercado mais ampliado cujas exigências só poderiam ser satisfeitas pela profissionalização e concentração da produção. A reinterpretação do *P. Oxy. Hels.* (40), (segunda metade do século III) por Peter Van Minnen obriga a reavaliar o aumento dos volumes de produção, que chega a ser comparado com aqueles da Europa medieval (MINNEN, 1986, p. 88-95; CARRIÉ, 2004a).

Além dos volumes de produção, são os volumes das centrais de longa distância que estão sendo reavaliados. Avanços recentes no estudo da indústria do vidro antigo revelaram o caso de uma matéria-prima pesada e de baixo valor dando origem ao transporte de longa distância do Oriente para o Ocidente, contrariando a antiga ideia concebida, ainda tenaz, segundo a qual o comércio transmarino dizia respeito apenas a bens de luxo (FOY; NENNA, 2001, p. 35-38 e 39-66).

Voltemos por um momento às características próprias da globalização atual. O conceito refere-se a um conjunto de dinâmicas de poder baseado em:

- Unificação profunda do mercado;
- Facilidades de comunicação e de transporte tanto de produtos e de bens quanto de tecnologia e de informação;
- Uniformização dos modos de vida e das aspirações individuais, dos consumos e dos imaginários;
- Repartição dos papéis entre centro e periferia, o primeiro concentrando a criação do valor acrescido e aproveitando de sua dominação política sobre o segundo para lhe impor condições desiguais de fixação dos preços das matérias-primas, e aproveitar do diferencial de custo de produção entre países desenvolvidos e países não desenvolvidos.

A economia antiga obviamente não preenche essas condições. Como qualquer economia até recentemente, não estava livre de restrições geográficas, mas tinha que levar em conta o impacto econômico do custo do transporte. Sua universalização não se baseou em uma relação de exploração da periferia por um centro. Por outro lado, a integração parcial das economias locais no quadro imperial permitiu avanços em termos de unificação monetária e jurídica, estratégias de conquista de mercados, localização e deslocalização da produção, padronização<sup>19</sup> de gostos e comportamentos da população (GREENE, 2008, p. 64-82).

## Conclusão

Colocado em termos de identidade nacional, o problema da romanização como foi colocado, segundo categorias que ainda parasitam até mesmo os opositores do conceito de romanização, é, portanto, inoperante. A aplicação à história romana da problemática da globalização não permite, contudo, construir uma representação mais pertinente. Assim como a “globalização” de hoje não é um novo nome dado ao “imperialismo” ocidental após a queda do sistema colonialista, aplicar ao mundo romano o conceito de globalização não deve visar substituir o novo paradigma da moda pelo da “romanização” que anteriormente prevalecia na análise da história romana.

O que torna específica a globalização cultural atual é o papel das novas tecnologias de comunicação na circulação, deslocalização, hibridização e padronização da cultura de consumo, discurso intelectual, criação artística e entretenimento de massa. Tanto as condições tecnológicas quanto econômicas de produção e difusão cultural deram um salto qualitativo, ainda mais que qualitativo, de tal magnitude que é difícil ver o que o estudo do mundo antigo pode esperar de uma comparação com nossa globalização, a menos que usemos este termo de forma puramente metafórica e retórica. Como o mundo da Internet pode nos ajudar a conceituar melhor um mundo no qual a maior parte da atividade das livrarias era realizada por leitores ricos, os próprios autores ou, mais frequentemente, os abastados mecenas dos autores?

Diante de uma corrente de críticas muito virulentas à globalização por levar ao extremo os males engendrados pelo capitalismo (BARNET; CAVANAGH, 1994; GREY, 1998), encontramos apologistas que alimentam seu otimismo pela expectativa de efeitos da liberação de informações para libertar os indivíduos dos “fundamentalismos religiosos, étnicos, nacionalistas e fazer triunfar a “tolerância cosmopolita”. Esse tipo de discurso apenas dá uma forma renovada à velha ideologia do “progresso” que desenvolveu uma justificativa do imperialismo como substituição de formas inferiores por formas superiores de civilização. Isso equivale a fechar os olhos para o fato de que os valores propagados pela globalização nada mais são do que os valores dominantes do motor da globalização, que é capitalista e americano. No entanto, é essa valorização da globalização que, consciente ou inconscientemente, atrai para si certos historiadores da Antiguidade. Mas então, qual é o sentido de expulsar a “romanização” pela

porta se é para trazê-la pela janela, rebatizada como “globalização”?

Claramente, a pesquisa sobre o mundo imperial romano tem muito a ganhar ao fazer parte de perspectivas comparativas da história mundial ou global que também se afastam de qualquer anacronismo modernista e de todo reducionismo “primitivista”. Em última análise, somos enviados de volta à questão essencial que está a montante de todas as outras: a do bom e do mau uso do comparatismo na história. Nesse ponto, respondo sem hesitação: nada a esperar do comparatismo passado-presente, muito a esperar do comparatismo sincrônico, desde que se busque diferenças e não semelhanças. O historiador profissional talvez nunca consiga desviar de sua sede de anacronismo os amadores “apaixonados” pela história e os altos funcionários de nossa mídia em busca de uma audiência, mas a deontologia de nossa profissão tem esse preço. Insuperável, a meu ver, permanece, em sua própria simplicidade, a definição dada por Paul Veyne (2015) da história como “o inventário das diferenças” (2015, p. 7).

## Referências Bibliográficas

ALGAZE, Guillermo. *The Uruk world system: the dynamics of expansion of early Mesopotamian civilization*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

AMIROU, Rachid. *Imaginaire de la mondialisation et reconnaissance culturelle*. Conferência proferida no congresso da francofonia em Uagadugu (Burquina Fasso), jun. 2004.

APPADURAI, Arjun. *The social life of things: commodities in cultural perspective*. (Cambridge Studies in Social and Cultural Anthropology). Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

\_\_\_\_\_. *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1996.

\_\_\_\_\_. *Après le colonialisme. Les conséquences culturelles de la globalisation*. (Modernity at Large Cultural Dimensions of Globalization). Prefácio de Marc Abélès, traduzido do inglês por Françoise Bouillot, introdução traduzida por Hélène Frappat. Paris: Payot, 2001[1996].

BAECHLER, Jean. *Esquisse d'une histoire universelle*. Paris: Fayard, 2002.

BARNET, Richard; CAVANAGH, John. *Global dreams: imperial corporations and the New World Order*. New York: Simon and Schuster, 1994.

BEAUD, Michel. *Mondialisation: les mots et les choses*. Paris: Karthala, 1999.

BEAUJARD, Philippe. From three possible Iron-Age world-systems to a single Afro-Eurasian world-system. *Journal of World History*, Honolulu, v. 21, n. 1, p. 1-43, 2010.

BRAUDEL, Fernand. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*. “Le temps du monde”. Paris: Armand Colin, 1979. t. 3.

\_\_\_\_\_. *La dynamique du capitalisme*. Paris: Arthaud, 1985.

BROEKAERT, Wim. Review of Steven E. Sidebotham, “Berenike and the Ancient Maritime Spice Route. California World History Library, 18”. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2011. *Bryn Mawr Classical Review*, 2011. Disponível em: <http://www.bmcreview.org/2011/07/20110703.html>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BURBANK, Jane; COOPER, Frederick. *Empires in World History*. Power and the politics of difference. Princeton: Princeton University Press, 2010.

\_\_\_\_\_. The Persistence of Empires. *Books & Ideas*, 2011. Disponível em: <https://booksandideas.net/The-Persistence-of-Empires.html>. Acesso em: 11 ago. 2022.

CARRIÉ, Jean-Michel. Aspects concrets de la vie monétaire en Province. *Revue numismatique*, Paris, t. 159, 6e série, p. 175-203, 2003.

\_\_\_\_\_. Vitalité de l’industrie textile à la fin de l’Antiquité: considérations économiques et technologiques. *Antiquité Tardive*, v. 12, p. 13-43, 2004a.

\_\_\_\_\_. Tissus et vêtements dans l’Antiquité tardive, Bibliographie raisonnée. *Antiquité Tardive*, v. 12, p. 45-54, 2004b.

\_\_\_\_\_. Were Late Roman and Byzantine Economies Market Economies? A comparative look at historiography. In: MORRISSON, Cécile (éd.). *Trade and markets in Byzantium* (Dumbarton Oaks Byzantine Symposia and Colloquia). Washington D.C.: Dumbarton Oaks Research Library and Collection, 2012, p. 13-26.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark. *The Age of Migration: international population movements in the modern world*. 2 ed. New York: Guilford Press, 1998.

*DIALOGUES D’HISTOIRE ANCIENNE*. La notion d’empire dans les mondes antiques. Bilan historiographique. Journée de printemps de la SOPHAU – 29 mai 2010. *Supplément* n. 5, 2011.

FINDLAY, Ronald; LUNDAHL, Mats. The first globalization episode: the creation of the Mongol Empire, or the economics of Chinggis Khan. *Medievalists.net*, 2010. Disponível em: <https://www.medievalists.net/2010/04/the-first-glo->

- balization-episode-the-creation-of-the-mongol-empire-or-the-economics-of-chinggis-khan. Acesso em: 11 ago. 2022.
- FOY, Danielle; NENNA, Marie-Dominique. *L'Orient des origines: les ateliers primaires. Tout feu tout sable: mille ans de verre antique dans le Midi de la France*. Aix-en-Povence: Edisud; Marseille: Musées de Marseille, DL 2001.
- FRANK, André Gunder; GILLS, Barry K. 5000 years of world system history: the cumulation of accumulation. In: CHASE-DUNN, C.; HALL, T. (eds.). *Precapitalist core-periphery relations*. Boulder: Westview Press, 1991, p. 67-111.
- \_\_\_\_\_. (eds.) *The world system: five hundred years or five thousand?* London: Routledge, 1993.
- FRANK, André Gunder. Bronze Age World System Cycles. *Current Anthropology*, Chicago, v. 34, n. 4, p. 383-430, ago-out.1993.
- \_\_\_\_\_. The modern world system revisited: re-reading Braudel and Wallerstein. In: SANDERSON, Stephen (ed.). *Civilizations and world systems*. Thousand Oaks (CA): AltaMira Press, 1995, p 163-194.
- \_\_\_\_\_. Abuses and uses of world systems theory in Archaeology world-systems theory. In: KARDULIAS, P. Nick (ed.). *Practice, leadership, production and Exchange*. Boulder: Westview Press, 1999, p. 275-296.
- FRANK, André Gunder; GILLS, Barry K. 5000 years of world system history: the cumulation of accumulation. In: CHASE-DUNN, Christopher; HALL, Thomas D. (eds.), *Precapitalist core-periphery relations*. Boulder: Westview Press, 1991, p. 67-111.
- \_\_\_\_\_. (eds.). *The world system: five hundred years or five thousand?* London: Routledge, 1993.
- GILLS, Barry K.; THOMPSON, William (eds.). *Globalization and Global History*. London: Routledge, 2006.
- GRAY, John. *False dawn: the delusions of global capitalism*. New York: The New Press, 1998.
- GREENE, Kevin. Technology and innovation in context: the Roman background to mediaeval and later developments. *Journal of Roman Archaeology*, Cambridge, v. 7, p. 22-33, 1994.
- \_\_\_\_\_. Learning to consume: consumption and consumerism in the Roman Empire. *Journal of Roman Archaeology*, Cambridge, v. 21, p. 64-82, 2008.
- HINGLEY, Richard. *Globalizing Roman culture: unity, diversity and empire*. London/New York: Routledge, 2005.

\_\_\_\_\_. Recreating coherence without reinventing Romanization. 'Romanization'? *Digressus Supplement*, New York, v. 1, p. 111-119, 2003. Disponível em: [www.digressus.org/articles/romanizationpp111-119-hingley.pdf](http://www.digressus.org/articles/romanizationpp111-119-hingley.pdf). Acesso em: 11 ago. 2022.

HITCHNER, Robert Bruce. Globalization avant la lettre: globalization and the history of the Roman Empire. *New Global Studies*, Berlin, v. 2, 2008.

\_\_\_\_\_. *The first globalization*. The Roman empire and its legacy in the 21st century. Oxford: Oxford University Press, 2013.

JAMESON, Frederic & MIYOSHI, Masao (eds.). *The cultures of globalization*. Durham NC: Duke University Press, 1998.

KOHL, Philip. The use and abuse of world systems theory. In: SCHIFFER, Michael Brian (ed.). *Advances in archaeological method and theory*. New York: Academic Press, 1987, p. 1-35.

LO CASCIO, Elio. The role of the state in the Roman economy: making use of the new institutional economics. In: BANG, Peter; IKEGUCHI, Mamoru; ZICHE, Hartmut (eds.). *Ancient Economies, Modern Methodologies*. Archaeology, Comparative History, Models and Institutions. (Pragmateiai, 12). Bari: Edipuglia, 2006.

MCGUIRE, Randall H. Core and Periphery Systems. In: ELLIS, Linda (ed.). *Archaeological method and theory: an encyclopedia*. Londres: Routledge, 1999.

VAN MINNEN, Peter. The volume of the Oxyrhynchite textile trade. *Münstersche Beiträge zur Antiken Handelgeschichte*, Wiesbaden, v. 5, n. 2, p. 88-95, 1986.

MOREL, Jean-Paul. La céramique campanienne: acquis et problèmes. In: LÉVÊQUE, Pierre; MOREL, Jean-Paul (eds.). *Céramiques hellénistiques et romaines*. (Annales littéraires de l'Université de Besançon, 242). Besançon: Université de Franche-Comté, 1980, p. 85-122. t. 1.

PERETZ, Pauline. Permanence des empires. L'actualité de la souveraineté "feuilletée". *La vie des idées*, 2010. Disponível em: <https://laviedesidees.fr/Permanence-des-empires.html>. Acesso em: 11 ago. 2022.

PITTS, Martin; VERSLUYS, Miguel John. *Globalisation and the Roman world*. World History, connectivity and material culture. Cambridge: CUP, 2015.

REGER, G. Regions revisited. Identifying regions in a Greco-Roman Mediterranean context. *FACTA.I. A Journal of Roman Material Culture Studies*, v. 1, p. 65-74, 2007.

- ROBERTS, Keith. *The origins of business*. The development of money. Markets and enterprises from Mesopotamia 3,000 BC to Rome 181 AD. New York: Columbia University Press, 2011.
- ROMAN, Yves; DALAISON, Julie. *L'économie antique: une économie de marché?* Paris: Société des Amis de J. Spon, 2008.
- SIDEBOTHAM, Steven. *Berenike and the Ancient maritime spice Route*. (California World History Library, 18). Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2011.
- SHUPP, Mike. *An Uruk world system?* Disponível em: <http://www.sumerian.org/An%20Uruk%20World-System.htm>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- TESTOT, Laurent (coord.). *Histoire Globale*. Un autre regard sur le monde. ¶ France: Sciences Humaines, 2008.
- TOMLINSON, John. *Globalization and culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.
- VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire*. França: Points histoire, 2015.
- VINCENT, Bernard. 1492 : année cruciale (Rencontre avec B. Vincent). In: TESTOT, Laurent (coord.). *Histoire Globale*. Un autre regard sur le monde. ¶ France: Sciences Humaines, 2008.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Le système du monde du XVe siècle à nos jours*, t. I: Capitalisme et économie-monde, 14J0-1640; t. II: le mercantilisme et la consolidation de économie-monde européenne, 1600-17 jo, Paris: Flammarion, 1980. t. I.
- WOOLF, Greg. World-systems analysis and the Roman Empire. *Journal of Roman Archaeology*, Cambridge, v. 3, p. 44-58, 1990.

## Notas

---

<sup>1</sup> Este texto que retoma, em boa parte, a comunicação apresentada em 2011 no colóquio *300-800: entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média: Novos caminhos da pesquisa histórica* (Colóquio Internacional da Universidade de São Paulo, 08 e 09 de setembro de 2011) permaneceu inédito. A crítica ao conceito de identidade e seu uso em todos os aspectos na historiografia recente constitui a segunda parte deste artigo. Por razões de espaço limitado disponível neste volume, no próximo número da *Revista Phoênix*, será publicado sob o título “Explosão de identidade(s) na historiografia dos mundos antigos”.

<sup>2</sup> De Richard Hingley, mais do que seu trabalho *Globalizing Roman culture: unity, diversity and empire*, eu me refiro aqui ao texto “*Recreating coherence without reinventing Romanization*”.

<sup>3</sup> Braudel nunca separou a economia do social, do cultural e da política; ele condenava toda visão que isolava a economia destes outros aspectos, porque escolher somente a observação econômica leva a privilegiar, antes e mais nada, uma forma de explicação unilateral e perigosa. [N.T. “*Planétarisée*”, neologismo do próprio autor que foi traduzindo literalmente para o português, repetindo, neste caso o neologismo].

<sup>4</sup> São em geral os mesmos! Assim, André Gunder Frank e Barry K. Gill (1991, p. 67-111). A ambiguidade semântica da expressão *world system* fixa os limites da análise de Greg Woolf (1990, p. 44-58), que não deixa de ser uma excelente introdução à análise mundializada colocada ao uso dos historiadores e particularmente dos arqueólogos do Mediterrâneo Antigo.

<sup>5</sup> Ver Amirou (2004). O que me parece novo são as teses que defendem a ideia de que a mundialização toca prioritariamente a cultura, e isto de maneira positiva. É o que defende, por exemplo, o antropólogo indiano Arjun Appadurai (1986; 2001 [1996]). A mundialização seria assim antes de mais nada o fluxo, a circulação: de informações, de bens, de imagens e de mensagens, de turistas e de emigrados. É a criação de “públicos”, a saber de minorias, de diásporas, no seio dos países ricos. Estas pessoas deslocadas de seus lugares de origem utilizam os fluxos de informações às suas próprias disposições para criar “comunidades” reticulares e para ficar em contato com toda a diáspora e com o país de origem.

<sup>6</sup> Desde que a questão foi colocada por Frank e Gills (1993) até, ultimamente, a ambiciosa tentativa de Philippe Beaujard (2010, p. 1-43) cobrindo todo o primeiro milênio a.C.

<sup>7</sup> O que justifica essa escolha ao considerar que a difusão, por exemplo, de plantas e vírus ocorreu em ambas as direções entre o Velho e o Novo Mundos.

<sup>8</sup> Dois trabalhos coletivos recentes que introduzem de maneira útil a História Global: Gills (2006) e Testot (2008).

<sup>9</sup> Conferir para a nossa época: Castles & Miller (1998).

<sup>10</sup> Da bibliografia citada, retenhamos sobretudo P. Kohl (1987).

<sup>11</sup> Braudel reconheceu a possibilidade de que existam “mesmo por um período prolongado, dois centros ao mesmo tempo, na mesma economia-mundo”, o primeiro exemplo que ele ofereceu era precisamente “Roma e Alexandria no tempo de Augusto [...]”. No entanto, acrescentou que “um dos dois centros acaba sempre por ser eliminado”. Pergunto-me se, novamente neste ponto, o mundo romano não continuou a ser uma exceção a essa regra.

<sup>12</sup> Eu usei em «*Vitalité de l'industrie textile à la fin de l'Antiquité: considérations économiques et technologiques*» (2004), também em «*Were Late Roman and Byzantine Economies Market Economies? A comparative look at historiography*» (2012).

<sup>13</sup> Essa originalidade acabou passando para os estudos diacrônicos e comparativos sobre os “Impérios”: os mais recentes, Jane Burbank & Frederick Cooper (2010). Da apresentação que fizeram de seu livro, *The Persistence of Empires*, no site *La vie des idées* (<http://www.laviedesidees.fr/>) reeditado no site *Books & Ideas* (14 de fevereiro de 2011), apresento a seguinte citação: “*The Roman Empire produced an imperial culture founded on the republican politics of the city of Rome and on practices from conquered regions around the Mediterranean. Rome created a new political institution: a citizenship extendable to others, outside the limits of the city of Rome. Rome’s citizenship, its judicial system, the advantages of a large scale economy, its urban practices and its artistic productions attracted elites of diverse origins. Becoming Roman was both possible and attractive. [...] This idea of universal empire founded on citizenship later influenced other empires in Europe and elsewhere*”. Naturalmente, uma visão tão sintética, na qual os historiadores de Roma encontrarão sua própria opinião e que, portanto, só poderão compartilhar, requer as nuances que estou tentando trazer aqui. Sobre o conceito de Império, ver *La Notion d’empire dans les mondes antiques* (2011). Um exemplo de comparação convencional do Império Romano com outros impérios históricos pode ser encontrado em Baechler (2002, p. 183-196 e 222-232).

<sup>14</sup> Eu penso, neste caso, na recente obra de Keith Roberts (2011).

<sup>15</sup> Em particular nas contribuições de Maurice Picon (p. 191-214) e Jean-Paul Morel (p. 161-189).

<sup>16</sup> É por isso que esta economia-mundo é compatível com aspectos regionais, sobre os quais *vide* G. Reger (2007).

<sup>17</sup> Sobre estes textos *vide* Jean-Michel Carrié (2003).

<sup>18</sup> Muitas invenções técnicas atribuídas à Idade Média foram, nos últimos anos, devolvidas à Antiguidade, especialmente em seus últimos séculos. Cf. Greene (1994).

<sup>19</sup> Para uma retomada dos problemas aqui tratados, ver mais recentemente Pitts e Versluys (2015).